



Sindicato dos Trabalhadores Efetivos
do Ministério Público de Sergipe

Carta aberta dos Trabalhadores Efetivos aos Procuradores de Justiça do MPSE

Ano após ano, o Ministério Público de Sergipe se apresenta como uma robusta instituição pública a serviço da sociedade sergipana. Desempenhando um papel fundamental para a democracia e para a justiça, o MPSE possui vários indicadores atestando a qualidade no acolhimento das demandas em que sua atuação é imprescindível para que direitos individuais e coletivos sejam assegurados.

Entretanto, uma parte considerável desse trabalho bem-feito parece ficar à sombra dos louros que o reconhecimento público tem a trazer. Os Trabalhadores Efetivos – a maior força de trabalho da instituição – amargam uma desvalorização que abate a categoria como um todo. Se por um lado a luta da base sempre foi por valorização real, lutando para deixar de receber os piores vencimentos entre os servidores dos MPs estaduais pelo país, nos últimos anos esse quadro de desvalorização se agravou.

A corrosão provocada pela inflação é alarmante. Com perdas acumuladas em 16,59% nos últimos três anos, apenas 3% de revisão inflacionária foi concedido em janeiro de 2022. Os 13,59% remanescentes fazem muita falta no orçamento das famílias dos Trabalhadores e ainda há congelamento dos auxílios para tornar a situação ainda mais difícil. Estagnado desde 2019, o auxílio-alimentação já está com defasagem de 20,06% e o auxílio-saúde está defasado há dois anos.

Essa perspectiva não é exclusiva da base, uma vez que encontra reverberação em outras instâncias da esfera pública sergipana e mesmo internamente no MPSE: distintos membros manifestaram essa percepção de que era preciso observar melhor a distribuição dos recursos e que a concessão de 3% era insuficiente para sanar as perdas acumuladas já mencionadas.

A partir de fevereiro, o Sindicato dos Trabalhadores Efetivos do Ministério Público de Sergipe (SINDSEMP-SE) dá início à Campanha Salarial 2022. O entendimento da categoria, largamente expresso nas assembleias realizadas pelo conjunto dos Trabalhadores Efetivos, é de que há uma profunda injustiça na política remuneratória da instituição.

Evidentemente, a solução para essa questão precisa ser encontrada coletivamente e de forma transparente, democrática e através do diálogo constante. O apoio de membros sensíveis a nossa causa é imprescindível. Com isso em vista, a justa revisão no percentual equivalente às perdas inflacionárias dos últimos três anos (fixado em 13,59%) é de fundamental importância para dar os primeiros passos na direção dessa justiça remuneratória.

Não queremos subverter posições, mas também não podemos aceitar que os méritos, habilidades e saberes de cada Técnico e Analista desta casa seja desprestigiado na engrenagem do MPSE. É preciso equacionar essa injustiça para que a categoria se sinta, de fato, valorizada e reconhecida em sua lida diária para que a instituição funcione com qualidade a serviço de todo o povo sergipano.

Trabalhadores Efetivos do Ministério Público de Sergipe